



PEC do Teto começa a ser analisada hoje em comissão

Senadoras querem debater possíveis prejuízos sociais. Especialistas disseram, em audiência, que Plano Nacional de Educação pode ser prejudicado

A Comissão de Constituição e Justiça começa hoje a discutir a proposta do governo federal que limita, pelos próximos 20 anos, o aumento das despesas públicas à inflação. O relator da PEC, senador Eunício Oliveira, deve apresentar o parecer na reunião. O texto, porém, não deve ser votado hoje. As senadoras Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin fizeram um pedido para que a PEC fosse antes debatida em audiência pública. A Comissão de Direitos Humanos também organizou debates sobre a proposta. Ontem estudantes e especialistas em educação disseram que a PEC prejudicará o cumprimento do Plano Nacional da Educação (PNE), que previa mais verbas para ampliar, por exemplo, os ensinos superior e profissionalizante. **3**



Senadora Fátima Bezerra (C) coordena debate com estudantes e profissionais da educação sobre efeitos da PEC do Teto sobre o ensino público no país

Gerardo Magela/Agência Senado

especial Cidadania

Especialistas divergem sobre legalização das vaquejadas

Desde que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a regulamentação da vaquejada no Ceará, o assunto tem mobilizado parlamentares, vaqueiros, veterinários e diversos outros profissionais.

Para os envolvidos com a atividade, a vaquejada é uma tradição cultural centenária e deve ser mantida,

desde que haja normas para garantir o bem-estar dos animais.

Já para veterinários e juristas, não há como a vaquejada não ser cruel. Por isso, não deve ser legalizada.

No Senado, quatro proposições tramitam para resolver a questão. A intenção é reconhecer a atividade como patrimônio cultural. **4**



Vaquejada em Serrinha, na Bahia: opiniões se dividem entre tradição e direito dos animais

Taítano Azevêdo/Turismo Bahia

Crivella é o 6º senador a eleger-se prefeito desde redemocratização

No domingo, Marcelo Crivella tornou-se o sexto senador em exercício a conquistar uma prefeitura. Ele foi eleito prefeito do Rio de Janeiro com 59,36% dos votos válidos no segundo turno, derrotando o deputado estadual Marcelo Freixo. Esta foi a terceira vez

que Crivella disputou a eleição municipal no Rio.

Desde a redemocratização do país, em 1985, 30 senadores e 4 suplentes no exercício do mandato se candidataram em eleições municipais. Nove deles conseguiram se eleger. **2**



Crivella comemora resultado da eleição em um clube em Bangu, na Zona Oeste do Rio, no domingo

Fernando Fracão/ABR

Plenário retoma votações com MP da Força Nacional

Para destrancar a pauta da primeira sessão deliberativa após o segundo turno das eleições municipais, o Plenário precisa votar hoje a MP 737/2016, que permite a policiais e bombeiros na reserva ingressar na Força Nacional. A chamada PEC da reforma política, com o fim das coligações, também será discutida. **3**

Chefes dos 3 Poderes decidem iniciar novo plano de segurança

Michel Temer, Renan Calheiros e Cármen Lúcia vão submeter à avaliação dos governadores um novo plano nacional de segurança, com foco na redução dos assassinatos e da violência contra a mulher, modernização do sistema penitenciário e combate ao tráfico de pessoas e de drogas. **3**

Desde a redemocratização, em 1985, 30 senadores e 4 suplentes em exercício se candidataram em eleições municipais. Neste ano, Crivella teve 59,36% dos votos no Rio

Crivella é o 6º senador a se eleger prefeito desde 1985

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) venceu no domingo a eleição para a Prefeitura do Rio de Janeiro. Ele conquistou 59,36% dos votos válidos no segundo turno, derrotando o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Com o resultado, Crivella se torna o sexto senador a se eleger prefeito durante o exercício do mandato desde a redemocratização do país, em 1985.

Ele repete o feito de Roberto Saturnino (RJ), que também foi eleito prefeito pelos cariocas em 1985. Além deles, integram o grupo Guilherme Palmeira (AL), eleito em Maceió em 1988; Amazonino Mendes (AM), que venceu em Manaus em 1992; Ernandes Amorim (RO), vitorioso em Ariquemes (RO) em 2000; e Duciomar Costa (PA), eleito em Belém em 2004.

Três senadores suplentes também venceram disputas para prefeituras enquanto ocupavam o cargo no lugar dos titulares. Em 2004, Renildo Santana (suplente de Maria do Carmo Alves) elegeu-se prefeito de Itabaianinha (SE).



Crivella, acompanhado pela mulher, comemora a vitória no Rio, no domingo

Em 2000, Agnelo Alves (suplente de Fernando Bezerra) conquistou a Prefeitura de Parnamirim (RN). Em 1996, José Bonifácio (suplente de Leomar Quintanilha) venceu em Tocantinópolis (TO).

Desde a redemocratização, 30 senadores e 4 suplentes em exercício concorreram em eleições municipais (veja tabela). Crivella é o único que se candidatou mais de uma

vez — em 2004, 2008 e 2016.

O pleito de 2016 repetiu o primeiro dessa série histórica, em 1985, com senadores candidatos apenas nas duas maiores cidades: São Paulo e Rio de Janeiro. Naquela ocasião, Fernando Henrique Cardoso e Roberto Saturnino foram os nomes; desta vez, foram Marta Suplicy e Marcelo Crivella. Assim como em 1985, apenas o candidato carioca venceu.

Disputas municipais

Senadores candidatos em eleições municipais desde 1985

ANO	SENADOR(A)	CIDADE
2016	Marcelo Crivella (PRB-RJ)	Rio de Janeiro
	Marta Suplicy (PMDB-SP)	São Paulo
2012	Cícero Lucena (PSDB-PB)	João Pessoa
	Humberto Costa (PT-PE)	Recife
	Inácio Arruda (PCdoB-CE)	Fortaleza
	Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	Manaus
	Wellington Dias (PT-PI)	Teresina
2008	Almeida Lima (PMDB-SE)	Aracaju
	Marcelo Crivella (PR-RJ)	Rio de Janeiro
	Patrícia Saboya (PDT-CE)	Fortaleza
2004	Ana Júlia Carepa (PT-PA)	Belém
	César Borges (PFL-BA)	Salvador
	Duciomar Costa (PTB-PA)	Belém
	João Batista Motta (PMDB-ES)	Serra (ES)
	Marcelo Crivella (PL-RJ)	Rio de Janeiro
2000	Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	Aracaju
	Carlos Wilson (PPS-PE)	Recife
	Ernandes Amorim (PPB-RO)	Ariquemes (RO)
	Mauro Miranda (PMDB-GO)	Goiânia
	Romeu Tuma (PFL-SP)	São Paulo
1996	José Serra (PSDB-SP)	São Paulo
	Júnia Marise (PDT-MG)	Belo Horizonte
	Levy Dias (PPB-MS)	Campo Grande
	Roberto Freire (PPS-PE)	Recife
1992	Amazonino Mendes (PDC-AM)	Manaus
	Eduardo Suplicy (PT-SP)	São Paulo
	Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	Maceió
1988	Guilherme Palmeira (PFL-AL)	Maceió
1985	Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP)	São Paulo
	Roberto Saturnino (PDT-RJ)	Rio de Janeiro
ANO	SUPLENTE	CIDADE
2008	Geovani Borges (PMDB-AP)	Santana (AP)
2004	Renildo Santana (PFL-SE)	Itabaianinha (SE)
2000	Agnelo Alves (PMDB-RN)	Parnamirim (RN)
1996	José Bonifácio (PPB-TO)	Tocantinópolis (TO)

Com informações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

Raupp comemora sanção de lei que amplia o Simples

Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou em Plenário a sanção da lei que amplia a abrangência do Simples Nacional e aumenta o prazo de parcelamento de dívidas tributárias de pequenas empresas.

Para o senador, o regulamento anterior inibia a adesão das empresas, que temiam crescer demais e ultrapassar o limite para enquadramento no regime simplificado de tributação. Ele também saudou a inclusão de setores como o de beleza e o de bebidas artesanais.



Ferraço alerta para pressão na escolha de chefia da Vale

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) alertou o governo federal para que não ceda a pressões políticas na escolha do novo presidente da Vale. O mandato do atual presidente, Murilo Ferreira, vai até maio de 2017. Para o senador, a decisão cabe somente aos acionistas.

Ferraço disse que a empresa não pode sofrer qualquer pressão política, como ocorreu nos governos de Lula e de Dilma Rousseff. Caso isso se repita, alertou, será um retrocesso: — Qualquer tipo de intervenção, de pressão, será indevida.



Regina apoia manifestações dos estudantes

Regina Sousa (PT-PI) declarou apoio aos jovens que ocupam escolas, em protesto contra a MP do ensino médio (MP 746/2016) e a PEC do Teto de Gastos. Ela explicou que os alunos rejeitam a reforma do ensino médio por MP, sem que tenha sido debatida com os profissionais da área e os estudantes. Eles rejeitam também a proposta da “escola sem partido” e a PEC 55/2016, que limita os gastos públicos: — Até agora, ninguém me convenceu que não vai atingir saúde e educação — afirmou.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Inscrição em concurso

8h45 Análise do PLC 55/2015, que obriga inscrição via internet em concurso público.

GMA Segurança em veículos

9h30 PLC 14/2016, sobre dispositivo antiesmagamento nas janelas de veículos.

MP 741/2016 Fies

10h Análise de relatório da medida provisória que alterou regras do Fies.

CAS Lavagem de dinheiro

10h Comissão vota PLS 62/2007, que cria meios para evitar que as loterias da Caixa sejam usadas para lavagem de dinheiro.

CCJ PEC do Teto de Gastos

10h A comissão analisa a PEC 55/2016, que cria um teto para os gastos públicos.

CE Frequência escolar

11h45 O PLS 293/2014, que aumenta frequência mínima exigida para aprovação na educação básica, está na pauta.

PLENÁRIO Força Nacional

14h MP que permite ingresso de militares da reserva na Força Nacional abre a pauta.

MP 746/2016 Ensino médio

14h30 Audiência pública interativa debate a MP que reforma o ensino médio. Entre os convidados, representantes do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

PRESIDÊNCIA Reunião e ordem do dia

15h Reunião da Mesa Diretora. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senadoras devem pedir hoje audiência pública sobre a PEC do Teto de Gastos, que chega à CCJ. Proposta já vem sendo debatida na CDH

Comissão inicia debate sobre teto de gastos públicos nos próximos 20 anos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) começa hoje a debater a proposta de emenda à Constituição que fixa teto para os gastos públicos por 20 anos. A PEC 55/2016 limita o aumento das despesas federais à inflação apurada pelo IPCA. O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), deve apresentar o parecer na reunião.

É provável que a PEC não seja aprovada pela CCJ hoje. As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentaram requerimentos de audiência sobre o congelamento dos gastos federais. Se a comissão aprovar o debate e um pedido de vista, o adiamento da votação será inevitável. As senadoras se dizem preocupadas com os efeitos do novo regime fiscal sobre a saúde e a educação.

Até ontem, apenas uma emenda — de Gleisi — havia sido apresentada à PEC. A alteração pretende condicionar a entrada em vigor da futura emenda constitucional a sua aprovação em referendo autorizado pelo Congresso. O texto original prevê vigência imediata a partir da promulgação.

Depois da CCJ, a PEC segue para o Plenário.



Senadoras Gleisi e Fátima (2ª e 3ª à esq.) e debatedores ouvem a estudante Ana Júlia dizer que PEC é contrária à educação

Plano de educação ficará comprometido, dizem especialistas

Em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, especialistas foram unânimes em dizer que a PEC do Teto impedirá a execução do Plano Nacional de Educação (PNE) e os senadores disseram que a forma de barrar a aprovação da proposta é a pressão popular.

Uma das debatedoras foi a estudante Ana Júlia Ribeiro, de um colégio estadual de Curitiba ocupado desde o dia 14 pelos alunos. A jovem fez um discurso na Assembleia Legislativa do Paraná, que viralizou nas redes sociais. Ela defendeu a não conversão em lei da MP 746/2016, que reforma o ensino médio, e criticou a repressão violenta de movimentos contrários.

A presidente da União Brasileira dos Estudantes, Camila Lanes, disse que o Movimento Desocupa tem atacado escolas com pedradas e ameaças.

Sobre a PEC do Teto, Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que o texto enterra a ideia de uma educação pública, gratuita e inclusiva. Para Gleisi Hoffmann, com um bom debate, a proposta não passará. Já Lindbergh Farias (PT-RJ) aposta na pressão popular para derrubar a PEC. Regina Sousa (PT-PI) disse que o texto proíbe investimento em educação.

Andreia Munemassa, do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior dos Institutos Federais de Ensino, citou dados

pelos quais teriam sido investidos menos R\$ 424 bilhões na educação caso o teto de gastos já vigorasse desde 2002.

Jaqueline Pasuch, do Fórum Nacional de Educação, disse que a PEC inviabilizará o PNE. Para Carlos Frederico Rocha, da UFRJ, a educação superior será a mais afetada. Orlando do Amaral, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), disse que objetivo do PNE era aumentar as matrículas nas universidades. Já para Wilson Conciani, do Instituto Federal de Brasília, a educação profissionalizante depende do aumento de receitas para crescer.

Gleisi propõe referendo sobre limite de despesas

Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou ontem que apresentou emenda à proposta que limita gastos públicos (PEC 55/2016) para que a emenda à Constituição só entre em vigor se for também aprovada em referendo popular. Disse que consulta pública no Portal e-Cidadania, do Senado, registra 256 mil votos contrários à PEC e 14 mil favoráveis.

— O referendo é um dos instrumentos de democracia direta previstos no texto constitucional — afirmou.

Medeiros: oposição confunde quando critica PEC do Teto

José Medeiros (PSD-MT) acusou senadores da oposição de confundirem a opinião pública quando criticam a PEC que limita gastos públicos. Para ele, a ideia central é uma só: não gastar mais do que arrecadar, considerando a inflação do ano anterior. O senador explicou que como o teto é sobre o total do Orçamento da União, as áreas de saúde e educação poderão ser preservadas.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Fátima critica decisão do STF sobre corte para grevistas

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou ontem decisão do Supremo Tribunal Federal que considera legítimo o corte imediato no salário de servidores públicos em greve. Para ela, isso "fere de morte um direito consagrado na Constituição". Essa decisão, na visão dela, é mais uma tentativa, desta vez por via judicial, de desarticular e reprimir a mobilização de servidores e trabalhadores da iniciativa privada contra ataques aos direitos trabalhistas.

Lindbergh condena decisões do Supremo sobre trabalhadores

Lindbergh Farias (PT-RJ) advertiu ontem que o STF tem tomado o lugar do Congresso para decidir sobre questões que dizem respeito aos trabalhadores. Apontou, entre elas, a que proíbe a desaposentação (que permitia ao aposentado voltar à atividade e usar as novas contribuições para recálculo da aposentadoria) e o corte imediato dos salários de servidores em greve.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Plano nacional de segurança terá novas prioridades

Os chefes dos três Poderes da República — Michel Temer, do Executivo; Cármen Lúcia, do Judiciário; e Renan Calheiros, do Legislativo — se reuniram na sexta-feira no Ministério das Relações Exteriores. Eles ouviram um diagnóstico da segurança pública no país e discutiram soluções.

Ficou decidido que um novo Plano Nacional de Segurança Pública focará na redução dos assassinatos e da violência contra a mulher, na modernização do sistema penitenciário e no combate ao tráfico de pessoas, de drogas e de armas. O plano será anunciado após o aval dos governadores.

Temer anunciou a criação de um grupo de trabalho com representantes dos três Poderes e do Ministério Público.

Operação Méfis

Ao final da reunião, Renan rendeu homenagens à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF. Na semana passada, os dois haviam trocado declarações intensas em consequência da Operação Méfis, da Polícia Federal, que apurou denúncia de que a



Rodrigo Janot, Cármen Lúcia, Temer, Renan e Rodrigo Maia na reunião

Polícia Legislativa do Senado supostamente teria agido para atrapalhar a Lava Jato.

Na ocasião da detenção de quatro policiais legislativos (já soltos), Renan criticou o juiz Vallisney Oliveira, que autorizou a operação. Em resposta, Cármen Lúcia pediu respeito ao Judiciário e disse que uma ofensa a qualquer magistrado é uma ofensa contra ela.

Ao explicar que são rotineiras e estão dentro da lei as varreduras contra grampos feitas por policiais legislativos nas residências de senadores, Renan alegou que qualquer investigação relacionada ao Senado ou a parlamentares precisa de autorização do STF, devido ao foro privilegiado. Tanto que, na quinta-feira, o ministro Teori Zavascki, do

STF, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão judicial de primeira instância que autorizou a ação da PF.

Após o encontro com a ministra, Renan destacou o caráter da presidente do STF: — Ela é o exemplo do caráter que precisamos e que identifica o povo brasileiro.

Temer (que apoiou a reclamação de Renan quanto à competência do STF, e não da Justiça de primeira instância, para autorizar a investigação) disse que os Poderes manterão a convivência harmônica.

A Advocacia-Geral do Senado solicitou ao STF a devolução dos equipamentos apreendidos pela Operação Méfis e pediu autorização para que os policiais afastados retomem suas funções.

Plenário analisa MP da Força Nacional e reforma política

O Plenário deve votar hoje, na primeira sessão deliberativa após o segundo turno das eleições municipais, medida provisória que permite que policiais e bombeiros militares que passaram para a reserva há menos de cinco anos desempenhem atividades na Força Nacional de Segurança Pública, em caráter voluntário (MP 737/2016).

Eles terão direito a recebimento de diária e indenização de R\$ 100 mil, em caso de invalidez incapacitante para o trabalho. Em caso de morte, seus dependentes terão direito a indenização no mesmo valor. A MP tranca a pauta e precisa ser votada até 3 de novembro, quando perde sua eficácia.

Também está na pauta a chamada PEC da reforma política (PEC 36/2016), de Ricardo Ferraço (PSDB-SP) e Aécio Neves (PSDB-MG). Ela determina perda de mandato aos que se desfiliarem dos partidos pelos quais foram eleitos, extingue coligações e estabelece regras para partido ter representação parlamentar.

Legalização das vaquejadas divide opiniões

Para o Conselho Federal de Medicina Veterinária, não há como evitar maus-tratos a animais na vaquejada. Já associações de vaqueiros defendem a regulação da atividade

Isabela Vilar

DEUMLADO, o bem-estar de animais submetidos estresse, tração nas caudas e quedas arriscadas enquanto tentam escapar dos vaqueiros. De outro, uma prática secular que é tradição cultural no Nordeste, gera empregos e movimenta a economia na região. A polêmica envolvendo as vaquejadas se intensificou em outubro, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente ação do Ministério Público contra a lei que regulamenta as vaquejadas no Ceará. O relator, ministro Marco Aurélio Mello, considerou haver “crueldade intrínseca” contra os animais.

A decisão do STF pode se estender a vaquejadas de todo o país. Para tentar garantir a continuidade da tradição, parlamentares tentam aprovar quatro proposições que tramitam no Congresso Nacional. Três projetos de lei classificam a atividade como patrimônio cultural brasileiro e uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 50/2016) assegura sua continuidade, com regulamentação em lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. O texto autoriza essas competições desde que “comprovadamente não submetam os animais à crueldade”.

A possibilidade de fazer uma vaquejada sem crueldade, no entanto, é descartada por entidades e especialistas que defendem os animais. É o caso da veterinária Vânia Plaza Nunes, diretora técnica do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, entidade que reúne 127 entidades de todos os estados brasileiros. Para ela, não há vaquejada sem sofrimento, especialmente porque a cauda, que recebe a tração, é uma continuação da coluna vertebral dos bois.

— Os animais podem ter diferentes lesões: luxação, fratura de vértebras, hemor-



Popular no Nordeste, a vaquejada consiste na tentativa, feita por dois homens a cavalo, de derrubar um boi pelo rabo

ragia interna — disse Vânia, nomeada como perita técnica do Ministério Público para esse tipo de evento.

Mas, para os defensores da vaquejada, há desconhecimento do tema. Antonio Travassos, zootecnista e juiz de equipamentos e bem-estar do animal em provas, cita o exemplo da cauda artificial. Feito de nylon, o equipamento foi criado para evitar arrancar o rabo dos bois com a tração.

Regras

Na internet, o equipamento é vendido por cerca de R\$ 50 em selarias e anunciado como adequado também para bois que já perderam o rabo. Defensores dos animais argumentam que, em algumas competições pelo país, a cauda do boi arrancada é uma espécie de “troféu informal”. As entidades que representam o esporte atribuem essas práticas a vaquejadas não regulamentadas.

— Não posso negar que na antiga vaquejada havia quebra de cauda, é verdade. Mas após o protetor de cauda, é zero. Não existe quebra de cauda hoje — explicou Travassos.

O regulamento para competições da Associação Brasileira de Vaquejada (Abvaq) prevê ainda medidas para amenizar o sofrimento dos animais.

Entre elas, a presença de veterinários, cocheiras separadas para bois e cavalos, transporte adequado e faixa de areia de 50 centímetros para amortecer a queda.

Para os defensores da vaquejada, o que deve ser combatido são as competições clandestinas que não seguem normas.

— Estamos tentando regulamentar o esporte para acabar com abusos por quem não entende que a vaquejada mudou — disse Leonardo Almeida, advogado da Abvaq.

Economia

Números divulgados pela Abvaq apontam que a vaquejada movimenta R\$ 600 milhões por ano, gerando 120 mil empregos diretos e 600 mil indiretos. Os números incluem leilões e feiras agropecuárias. De acordo com a associação, são feitas 4 mil vaquejadas por ano, das quais 60 apresentam premiação superior a R\$ 150 mil.

— O desconhecimento do negócio pode levar a desemprego — afirmou Paulo Farah, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha (ABQm).

Em defesa da prática, vaqueiros de vários estados vieram a Brasília na terça-feira. De acordo com os organizadores, a manifestação reuniu

6 mil pessoas e 2 mil animais, além de 700 caminhões de transporte, que tomaram a Esplanada dos Ministérios.

Na opinião do juiz Anderson Furlan, o argumento econômico não é justificativa para qualquer prática. Como exemplo, citou o tráfico de drogas, que também gera empregos, e outras tradições já proibidas, como as brigas de galos e a farra do boi, em que esses animais eram torturados pelas ruas até a exaustão.

— Quando as rinhas de galo foram extintas, milhares de pessoas ficaram sem emprego. Quando a farra do boi foi extinta, as pessoas que vendiam produtos na farra do boi ficaram sem emprego. O argumento infelizmente não é esse. O argumento é jurídico e está decidido pelo STF.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária também já se posicionou contra as vaquejadas. A veterinária Carla Molento, que representou a entidade em audiência pública na Câmara dos Deputados, disse que, após longa discussão, a entidade reconheceu a “intrínseca relação com maus-tratos aos animais”.

Prática surgiu no Nordeste entre os séculos 17 e 18

A vaquejada é uma atividade competitiva em que dois vaqueiros montados a cavalo têm que derrubar um boi. O animal é puxado pelo rabo e precisa cair entre duas faixas pintadas no chão. Um vaqueiro é responsável por direcionar o boi para o local da faixa e emparelhar o animal com o outro vaqueiro, que puxa o rabo do boi com as mãos para derrubá-lo.

Estima-se que a prática surgiu no Nordeste entre os séculos 17 e 18, a partir de certas tradições: as festas de apartação, que reuniam vaqueiros para separar as boiadas; as pegadas de boi, em que eram capturados animais que fugiam do rebanho; e as corridas de mourão, em que vaqueiros corriam atrás de bois nas fazendas.

No julgamento da ação contra as vaquejadas, a presidente do STF, Cármen Lúcia, disse que sempre haverá quem defenda as tradições, mas argumentou que elas podem ser modificadas quando há novo modo de ver a vida.

Para o criador de cavalos Roberto Tenório, a decisão foi tomada por pessoas que não conhecem a tradição. Ele aprendeu a vaquejada com o pai, que a aprendeu com o avô, e já a ensinou aos filhos.

— Acabar com uma vida que foi de avô, de pai, de filho? É uma discussão injusta essa que está havendo aqui — lamentou.

Propostas tentam reconhecer a atividade como cultural

O temor de que a decisão do STF seja adotada para competições em outros estados, não só no Ceará, fez com que o debate chegasse ao Senado. Quatro textos sobre as vaquejadas estão sendo analisados.

O principal é a PEC 50/2016, de Otto Alencar (PSD-BA), que assegura a continuidade das vaquejadas desde que o bem-estar dos animais seja garantido.

Os projetos que classificam

a prática como patrimônio cultural são o PLS 377/2016, de Raimundo Lira (PMDB-PB), o PLS 378/2016, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), e o PLC 24/2016, do deputado Capitão Augusto (PR-SP). A favor dos projetos, Roberto Muniz (PP-BA) argumenta que a vaquejada é uma tradição, que surgiu de necessidades nas fazendas.

Para Marta Suplicy (PMDB-SP), o fato de a vaquejada ser uma tradição não a justifica.

— Cultura implica mudança, porque, senão, nós poderíamos achar que é cultural a mutilação dos genitais femininos na África. É cultural, mas é algo que deve permanecer? — disse a senadora.

Já o juiz Anderson Furlan diz que esses projetos são inconstitucionais.

A Abvaq prometeu recorrer ao STF por meio de embargos declaratórios, que pedem ao tribunal para esclarecer a decisão.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre a polêmica da prática da vaquejada no Brasil: <http://bit.ly/cidadaniavaquejada>

Saiba mais

PEC 50/2016: <http://bit.ly/PEC50>

PLS 378/2016: <http://bit.ly/PLS378>

PLS 377/2016: <http://bit.ly/PLS377>

PLC 24/2016: <http://bit.ly/PLC24-2016>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Outubro Rosa mobiliza Parlamento e sociedade

Olançamento da Campanha Outubro Rosa foi marcado por ampla mobilização em torno das atividades definidas por mais 20 órgãos governamentais e entidades de mulheres do Grupo de Trabalho que definiu o calendário comum de ações.

Uma conquista legislativa foi a aprovação, dia 5 de outubro, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) nº 3.595/12, de autoria da senadora Ana Amélia (PP-RS), que assegura às mulheres com deficiência condições especiais para realizarem exames. Para garantir o acesso das mulheres com deficiência a equipamentos adequados para suas condições físicas – tema da 35ª edição do projeto Pauta Feminina (p. 3) –, o PL acrescenta novo parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 11.664/08, que disciplina a prevenção, detecção, tratamento e controle dos cânceres de mama e de colo uterino no Sistema Único de Saúde (SUS).

Duas audiências públicas trouxeram ao Congresso a discussão da lei dos 60 dias e da lei da reconstrução mamária, no dia 19; e os principais tipos de câncer incidentes em mulheres, no dia 25.

Abertura

No dia 4 de outubro, cerca de 200 pessoas prestigiaram a abertura do Outubro Rosa. A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) representou o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e pediu serviço mais integrado na rede de atendimento à mulher.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, homenageou o médico Gibran Daher. Filho de Silvia Daher, servidora da Ouvidoria do Senado, e autor do livro *George Nicholas Papanicolaou – o legado*, Gibran faleceu aos 27 anos, uma semana antes do evento.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, visitou a exposição Viva a Vida,



Marcelo Favaretti

Parlamentares e entidades de mulheres participaram da abertura da Campanha Outubro Rosa

promovida pela Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas e comentou o lançamento da Campanha Outubro Rosa. Ele destacou a importância de a campanha valorizar fatores como “os hábitos de vida, o ambiente no qual vivemos e os cuidados com o funcionamento saudável do organismo – a prevenção”.

Presenças

Entre as parlamentares, compareceram as deputadas Elcione Barbalho (PMDB-PA), procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados; Dâmina Pereira (PSL-MG), coordenadora da Bancada Feminina; e Carmen Zanotto (PPS-SC), presidente da Frente Parlamentar de Combate ao Câncer de Mama; as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Abreu (PMDB-TO), Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO), Regina Sousa (PT-PI), Rose de Freitas (PMDB-ES), e Simone Tebet (PMDB-MS); e Illana Trombka, diretora-Geral do Senado.

Entre lideranças da sociedade civil e autoridades diplomáticas e políticas: Lorena

Martínez, embaixadora da Nicarágua; Julie-Pascale Moudoute-Bell, embaixatriz da República Gabonesa; Grace Maria Fernandes Mendonça, ministra da Advocacia-Geral da União (AGU); Fátima Pelaes, secretária Especial de Políticas para as Mulheres; e Tiago Turbay, diretor de Relações Governamentais da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama).

Do governo de Brasília, Márcia Rollemberg, colaboradora; Vera Lucia da Silva, secretária Adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; e Lúcia Bessa, subsecretária de Política para Mulheres.

Veja mais fotos: <http://bit.ly/2e1muyK>



Ana Voipe/Agência Senado

Exposição Viva a Vida

O Espaço Galeria foi aberto à comunidade entre os dias 28/9 e 14/10 para a mostra fotográfica organizada pela Recomeçar – Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília –, com o registro de mulheres que superaram o câncer de mama.

São “mensagens de mulheres que passaram pelo tratamento, pelo processo de reconstrução da mama e retomaram sua vida social”, disse Joana Jeker. Fundadora e presidente da entidade, Joana detectou um nódulo em autoexame, aos 30 anos de idade.



Marcelo Favaretti

Cores de um Outubro Rosa

A iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara foi para mostrar, sob diferentes formas e traços, como a mulher é capaz de superar a doença.

A mostra inédita de pintura em tela foi exposta no Espaço Mário Covas, no Anexo II da Câmara, entre os dias 10 e 14 de outubro. De autoria de alunos da Escola de Artes da UnB, as 25 obras sensibilizaram os visitantes para a necessária prevenção ao câncer de mama, além da luta das mulheres brasileiras por mais igualdade social e qualidade de vida.



Luís Macedo/Câmara dos Deputados

CAS debate direitos dos pacientes com câncer

A importância da implementação da Lei nº 12.732/2012, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS), foi debatida em audiência dia 19/10, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, por requerimento da senadora Ana Amélia (PP-RS). Os palestrantes também destacaram a importância da Lei nº 12.802/2013, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia, quando houver condições médicas.

Participaram da audiência Ruffo de Freitas Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia (SBM); Eitel Santiago de Brito Pereira, subprocurador Geral da República; Jaqueline Silva Misael, da coordenação-Geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde; e Thiago Turbay, diretor de Relações Governamentais da FEMAMA (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Oficina de Saúde da Mulher autonomia no corpo e na vida

As diferenças biológicas no corpo do homem e no da mulher são muitas vezes usadas para justificar atitudes de preconceito, discriminação, exploração e abuso no cotidiano. A questão foi abordada na Oficina de Saúde da Mulher, realizada no Serviço de Transportes do Senado dia 17/10, e coordenada por Rita Rebelo, fisioterapeuta e coordenadora ProMul, como parte da programação do Outubro Rosa.

Vinte servidoras receberam informações sobre doenças preveníveis, como as decorrentes do tabagismo, do alcoolismo, do sedentarismo, doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids), diabetes e ainda dicas referentes a patologias ocupacionais e do aparelho locomotor.

Para Viviane Dias, encarregada dos motoristas, “trazer a oficina para um espaço onde a maioria dos funcionários são homens, oportuniza conscientizar as mulheres de seus direitos e permite um maior conhecimento de seu corpo”.



Ramila Moura/Procuradoria da Mulher

Exames inacessíveis para mulheres com deficiência

Edilson Rodrigues/Agência Senado



A 35ª edição do projeto Pauta Feminina, dia 20 de outubro, deu voz às dificuldades das mulheres com deficiência para realizarem exames básicos de prevenção ao câncer de mama.

Carla Karine da Silva, cadeirante e usuária dos serviços de saúde pública, narrou as dificuldades que teve para fazer ecografia mamária, mamografia e ressonância mamária, após diagnosticar um nódulo na mama direita, em 2015.

Numa ocasião, perguntaram a ela: “Você não fica em pé nem um pouquinho”? Cons-

trangida, disse: “Se ficasse em pé, só um pouquinho, agradeceria a Deus”!

A procuradora Especial da Mulher do Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), manifestou preocupação com os impactos da PEC nº 241, em análise no Congresso, que estabelece

um teto para os gastos públicos por 20 anos.

“Entendemos que essa PEC vai subtrair recursos significativos das áreas sociais e de saúde, apesar de dizerem que não”, disse a senadora.

Meta do Sistema Único de Saúde, o atendimento para todas ainda não é realidade no rastreamento do câncer. De acordo com o mastologista e professor livre-docente do Hospital da Mulher da Unicamp, César Cabello dos Santos, “mulheres brancas têm mais acesso que mulheres negras; mulheres do Sudeste têm mais acesso que mulheres

da Região Norte; e mulheres com nível universitário têm mais acesso que aquelas com menos estudos”.

O mastologista defende o rastreamento “organizado” do câncer de mama, como forma de busca ativa em mulheres ainda assintomáticas. Hoje, segundo ele, o exame é realizado de forma “oportunistica”, em função da procura de cada mulher.

Participaram também a coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Odília Brígida de Sousa; o coordenador de Promoção de Direitos das Pessoas com Deficiência do Governo de Brasília, Paulo Beck; e a pedagoga da Rede Feminina de Combate ao Câncer, Larissa Bezerra da Silva.

A embaixadora Diana Vanegas, de El Salvador, e o cônsul Ilya Lutski, da embaixada da República de Belarus, prestigiaram o encontro.

Assista: <http://bit.ly/2dKCXE9>

Machismo afeta autonomia de meninas

No dia 6 de outubro, a 34ª edição do projeto Pauta Feminina reuniu especialistas para debater o empoderamento de meninas em audiência realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

sição no *ranking* mundial de casamentos de meninas com até 18 anos de idade e o 3º lugar entre países da América Latina, atrás de Nicarágua e República Dominicana. Para Danielle, “a menina é subestimada, não tem autonomia, é vista como feita para casar ou ser do lar. Sair

tornar visíveis as questões que afetam negativamente suas vidas”, assinalou.

Ser adolescente menina no Brasil ainda traz muitos desafios, destacou Gabriela Mora, oficial do programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef. Para Gabriela, “nessa fase de desenvolvimento, as meninas ainda enfrentam muitas questões na escola, na família, os abusos e as violências”.

Joana Chagas, gerente de Programas da ONU Mulheres, contextualizou as dificuldades enfrentadas pelas meninas, principalmente na puberdade e adolescência, quando os momentos são críticos, especialmente na vida das mulheres porque, nessa fase, os estereótipos de gênero e a linha que divide o que é considerado adequado às meninas e aos meninos começam a ficar muito mais evidentes. Para ela, “o esporte é uma ferramenta poderosa para o empoderamento de meninas e de mulheres jovens”.

O debate contou com a participação de Cláudia Vidigal, secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que propôs criar uma rede nacional de empoderamento de meninas; da professora Josilene Aires, da Paraíba, que falou sobre o projeto Meninas na Computação; e de estudantes do Centro de Ensino Médio 9, de Ceilândia-DF.

Assista: <http://bit.ly/2eJPr0K>

Gerardo Magela/Agência Senado



A senadora Regina Sousa (PT-PI), titular da CDH e proponente da audiência, juntamente com a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destacou a importância de envolver também meninos e homens no debate. “Me incomoda um debate só com mulheres. Como os homens podem se apropriar dessa pauta desse jeito? Discutir gênero como coisa de mulher é uma barreira que a gente tem que romper”, disse a senadora.

A pesquisadora Danielle divulgou pesquisa realizada pelo Instituto Promundo sobre o casamento infantil. O Brasil ocupa a 17ª po-

sicionamento para casar depois de ter emprego e formação superior não é um horizonte. O casamento é visto como uma possibilidade de saída”.

Anette Trompeter, diretora da Plan International, explicou que essas questões interferem no modo de vida e no futuro das meninas e permitem a elas a oportunidade de transcender os limites que impedem o seu desenvolvimento. Para ela, “embora tenham os mesmos direitos, na prática, meninas e mulheres estão em desvantagem”. “As meninas e mulheres precisam ser notadas, e para isso é preciso



Em um país em que 106.093 mulheres foram vítimas de assassinato entre 1980 e 2013, o Congresso Nacional não poderia se omitir e não tem se omitido. Os dados do Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), têm motivado debates, iniciativas legislativas e intensa militância.

No Senado Federal, a procuradoria Especial da Mulher do Senado, criada em 2013, atua inserindo a Casa nas questões de gêne-

ro e na luta por uma sociedade mais igual em direitos de mulheres e homens e, naturalmente, contra a violência.

Em todas as ações em defesa ou benefício da mulher, de iniciativa da Procuradoria e, mais recentemente, do Observatório da Mulher contra a Violência, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) tem sido parceira. Agência, Jornal, Rádio e TV Senado levam diretamente ao cidadão, ao vivo, na internet, nas mídias sociais ou na cobertura jornalística a atuação das senadoras e dos senadores. A imprensa usuária desse material amplia ainda mais o público.

A SECOM também apoia eventos, planeja e edita publicações e dá suporte aos debates da bancada feminina no Congresso Nacional. Criamos o projeto do Jornal Senado Mulher em 2014, desde então encartado mensalmente no Jornal do Senado.

A TV Senado leva ao ar, várias vezes ao dia, inserções didáticas sobre o trabalho da procuradoria Especial da Mulher do Senado e das lutas das mulheres. Em março de 2015, a Rádio Senado estreou o primeiro programa “Pautas Femininas”, que já está em sua vigésima edição. O programa de outubro reuniu advogadas, juízas, procuradoras e defenso-

ras públicas discutindo a falta de juízas negras nos tribunais.

No ano passado, a Secretaria de Relações Públicas organizou seis eventos da procuradoria Especial da Mulher. Neste ano, foram três: o “4º Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância”, a palestra sobre “Comunicação Não Violenta”, pelos 10 anos da Lei Maria da Penha; e a abertura das atividades do Outubro Rosa.

“A procuradoria Especial da Mulher do Senado, criada em 2013, atua inserindo a Casa nas questões de gênero e na luta por uma sociedade mais igual em direitos de mulheres e homens e, naturalmente, contra a violência.”

De janeiro de 2015 até outubro deste ano, a Coordenação de Publicidade e Marketing produziu 22 ações de comunicação para a procuradoria Especial da Mulher e 89 peças publicitárias. Dirigir a SECOM neste momento constitui uma oportunidade única de contribuir para esta causa.

Virgínia Malheiros Galvez – Diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal



Observatório da Mulher contra a Violência

Desde o início do seu funcionamento, em abril deste ano, o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), vem buscando produzir, catalogar e sistematizar, junto a diversos parceiros, dados relativos à violência contra a mulher, de modo a cumprir a sua função institucional de auxiliar na avaliação da política pública de enfrentamento à violência contra a mulher.

Dez anos após a edição da Lei Maria da Penha, a ausência de dados consistentes, sistemáticos, transparentes e de fácil acesso referentes à violência contra mulher dificulta a possibilidade de um diagnóstico baseado em evidência e conseqüentemente a melhoria da política pública de enfrentamento à violência.

À medida que os dados forem obtidos, constarão no portal do Observatório da

Mulher contra a Violência, em uma seção específica, denominada “violência em números”.

“O OMV visa, por meio da disponibilização das informações no portal, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de dados mais transparentes, estimular a produção de indicadores de maneira geral.”

A violência contra mulheres e crianças é uma das violações de direitos humanos mais generalizadas pelo mundo, sendo que, no Brasil, ocorre de maneira sistemática, mesmo uma década depois da edição da Lei Maria da Penha, em 2006. Como exemplo emblemático, no portal da ONU sobre

violência contra as mulheres, referência internacional em dados, consta a seguinte notificação: “estatísticas nacionais oficiais não disponíveis”.

O OMV visa, por meio da disponibilização das informações no portal, ao mesmo tempo em que denuncia a ausência de dados mais transparentes, estimular a produção de indicadores de maneira geral. Além disso, buscará produzir seminários, estudos e debates técnicos a respeito do tema, exercendo uma função articuladora do Senado Federal com outras instituições que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher.

<http://evaw-global-database.unwomen.org/en/countries/america/brazil>

Roberta Viegas, coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Rebelo, Ramíla Moura e Lunde Braghini.

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 61 22 11

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria